



Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda.

CNPJ nº 10.231.177/0001-52

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Senhores Cotistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras da Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda., relativas aos exercícios finais em 31 de dezembro de 2018, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes.

Eventos Societários: Os Administradores aprovaram em reunião realizada em 7 de dezembro de 2018, a proposta de declaração e distribuição de dividendos intercalares, no valor de R\$1 milhão, com base no lucro apurado no período de novembro de 2018, e nesse mesmo ato, aprovaram a proposta de declaração e pagamento de Juros Sobre Capital Próprio, referente ao período de novembro de 2018, no montante bruto de R\$38 milhões.

Os Administradores aprovaram em reunião realizada em 27 de setembro de 2018, a proposta de declaração e distribuição de dividendos intercalares, no valor de R\$10 milhões, com base no lucro apurado no período de junho a agosto de 2018, e nesse mesmo ato, aprovaram a proposta de declaração e pagamento de Juros Sobre Capital Próprio, referente ao período de junho a agosto de 2018, no montante bruto de R\$35 milhões.

Em 3 de setembro de 2018 os sócios decidiram alterar o Contrato Social da Sociedade para eleger a Sra. Taliana Teixeira Meggiolo como administradora da Sociedade, e ratificaram a nomeação dos Srs. Eduardo Alves de Castro, Miguel Gomes Ferreira e Ricardo Fuscaldi de Figueiredo Baptista como administradores da Sociedade.

Os Administradores aprovaram em reunião realizada em 28 de junho de 2018, a proposta de declaração e

distribuição de dividendos intercalares, no valor de R\$3 milhões, com base no lucro apurado no período de janeiro a maio de 2018, e nesse mesmo ato, aprovaram a proposta de declaração e pagamento de Juros Sobre Capital Próprio, referente ao período de janeiro e maio de 2018, no montante bruto de R\$38 milhões.

Em reunião realizada em 20 de junho de 2018 os representantes dos sócios, aprovaram as eleições dos Srs. Rodrigo Engel como Presidente do Conselho Consultivo, Miguel Gomes Ferreira, Luis Garcia-Zujardero Ruiz, Emílio Garcia de La Sierra e Carlos Rey de Vicente, como Conselheiros, para cumprirem mandato até 10 de março de 2020.

Em 18 de maio de 2018 os sócios decidiram alterar o Contrato Social da Sociedade para confirmarem a saída e destituição dos Srs. Daniel dos Santos Nascimento e Aquiles do Lago Salvador Mosca como administradores da Sociedade, e ratificaram a nomeação dos Srs. Eduardo Alves de Castro, Miguel Gomes Ferreira e Ricardo Fuscaldi de Figueiredo Baptista como administradores da Sociedade.

Em reunião realizada em 9 de abril de 2018 os representantes dos sócios, aprovaram a exoneração do Sr. Daniel dos Santos Nascimento da posição de administrador da Sociedade, para a qual foi eleito em 6 de outubro de 2017.

Os Administradores aprovaram em reunião realizada em 28 de março de 2018, a proposta de declaração e distribuição de dividendos intercalares, no valor de R\$7 milhões, com base no lucro apurado no período de janeiro e fevereiro de 2018, e nesse mesmo ato, aprovaram a proposta de declaração e pagamento de Juros Sobre Capital Próprio, referente ao período de janeiro e fevereiro de 2018, no montante bruto de R\$28 milhões.

Em reunião realizada em 2 de fevereiro de 2018 os representantes dos sócios, acataram a renúncia do Sr. Luiz Otávio Ribeiro, como Presidente do Conselho Consultivo e Jeffrey Scott Stein membro sem designação específica do Conselho Consultivo, e elegeram o Sr. Miguel Gomes Ferreira como Presidente do Conselho Consultivo e a Sra. Dolores Ybara Castaño como membro do Conselho Consultivo sem designação específica, para cumprirem mandatos complementares vigentes até março de 2018.

Patrimônio Líquido e Resultado
Em 31 de dezembro de 2018 o patrimônio líquido atingiu o montante de R\$2,2 bilhões (31/12/2017 - R\$2,1 bilhões). O lucro líquido apresentado no exercício de 2018 foi de R\$295 milhões (31/12/2017 - R\$276 milhões).

Ativos e Passivos
Em 31 de dezembro de 2018, os ativos totais atingiram R\$2,3 bilhões (31/12/2017 - R\$2,2 bilhões). Desse montante, destacamos, R\$2 bilhões (31/12/2017 - R\$2 bilhões) são representados por Ativo Intangível.

Resultado antes do Tribuamento
Em 31 de dezembro de 2018, os passivos totais atingiram R\$923 milhões (31/12/2017 - R\$869 milhões). Desse montante, destacamos, R\$49 milhões (31/12/2017 - R\$33 milhões) são representados por Provisões e R\$42 milhões (31/12/2017 - R\$31 milhões), são representados por Passivos Fiscais Correntes. Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Os Administradores

BALANÇOS PATRIMONIAIS			
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado			
	Nota	31/12/18	31/12/17
Ativo			
Disponibilidades	3	132	3
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda			32.331
Aplicações Financeiras	4.8.18.e	-	-
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		190.543	-
Instrumentos de Dívida	4.8.18.e	190.543	-
Empréstimos e Recebíveis		56.086	-
Contas a Receber	7	-	56.086
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		57.191	-
Reservas de Clientes	7	57.191	-
Ativos Fiscais	17.b.1	17.074	13.129
Correntes		796	749
Diferidas		16.278	12.380
Outros Ativos		4.144	3.959
Ativo Tangível	5.a	4.651	7.070
Ativo Intangível	5.b	2.037.825	2.041.851
Agio		2.033.980	2.033.980
Outros Ativos Intangíveis		13.845	17.871
Total do Ativo		2.311.560	2.154.426

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado						
	Nota	Capital Social	Reserva de Lucros	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2016		2.029.194	34.743	-	-	2.063.937
Lucro Líquido do Exercício		-	-	22	276.300	276.322
Dividendos com Base em Reserva Estatutária	10.b	-	(123.283)	-	-	(123.283)
Destinação do Lucro:						
Juros sobre Capital Próprio	10.c	-	144.583	-	(131.717)	(131.717)
Reserva de Lucros	10.c	-	-	22	(144.583)	(142.361)
Saldos em 31 de Dezembro de 2017		2.029.194	56.043	22	294.599	2.311.958
Lucro Líquido do Exercício		-	56.043	8	294.599	294.599
Dividendos com Base em Reserva Estatutária	10.b	-	(20.979)	-	-	(20.979)
Destinação do Lucro:						
Juros sobre Capital Próprio	10.b	-	-	-	(139.021)	(139.021)
Reserva de Lucros	10.c	-	155.578	-	(155.578)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2018		2.029.194	190.642	30	2.029.866	2.311.560

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional, Reestruturação Societária e Apresentação das Demonstrações Financeiras
a) Contexto Operacional
A Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda. ("SBGR"), constituída na forma de sociedade empresária de responsabilidade limitada, domiciliada na Avenida Juscelino Kubitschek, 2041 e 2235 - Bloco A - 18º andar, São Paulo, SP, tem como finalidade a administração de carteiras de valores mobiliários, por meio de fundos de investimento, clubes de investimento, carteira de títulos e valores mobiliários e de outros instrumentos legais permitidos pela legislação, realizando todos as atividades principais e acessórias a tais serviços.

A SBGR é uma sociedade integrante do Grupo Santander, controlada indiretamente pelo Banco Santander S.A ("Santander Espanha"), o qual detém 100% de participação direta do capital social das sócias Santander Asset Management UK Holdings Limited ("SAM UK Holdings"), que participa com 2.029.191 cotas sociais que representam 99,99983% da empresa e da Santander Asset Management UK Holdings Ltd que detém 3 cotas sociais equivalente a 0,00015% do capital social.

b) Apresentação das Demonstrações Financeiras
As demonstrações financeiras da Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda., foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto com o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).
Os Administradores autorizaram a emissão das demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 na reunião realizada em 25 de fevereiro de 2019.
O resultado e a posição financeira da entidade estão expressos em Reais, moeda funcional da entidade e moeda de apresentação das demonstrações financeiras.

Normas e interpretações que entrarão em vigor após 31 de dezembro de 2018
IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" (CPC 48) - aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9, foi emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB) em julho de 2014 e pelo CPC em 2016, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. A Administração avaliou os impactos da implantação deste IFRS e concluiu que não há impactos relevantes para os itens i e ii.

As alterações nas práticas contábeis resultantes da adoção do IFRS 9 foram efetuadas utilizando o método retrospectivo modificado. Desta forma as informações foram reclassificadas conforme abaixo:

Efeitos da adoção do IFRS 9 nas carteiras de Ativos e Passivos Financeiros (em R\$ Mil)						
	Classificação original de acordo com o IAS 39	Saldo em 31/12/2017	Reclassificações	Remensurações	Saldo em 01/01/2018	Nova classificação de acordo com o IFRS 9
Ativos Financeiros IAS 39	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	32.331	32.331	-	190.543	Mensurados ao Custo Amortizado
	Empréstimos e Recebíveis	56.086	56.086	-	57.191	Mensurados ao Custo Amortizado
Total		88.417	88.417	-	247.734	

Efeitos da adoção do IFRS 9 nas carteiras de Ativos e Passivos Financeiros (em R\$ Mil)						
	Classificação original de acordo com o IAS 39	Saldo em 31/12/2017	Reclassificações	Remensurações	Saldo em 01/01/2018	Nova classificação de acordo com o IFRS 9
Passivos Financeiros IAS 39	Ao Custo Amortizado	978	978	-	365	Mensurados ao Custo Amortizado
Total		978	978	-	365	

IFRS 15/CPIC 47 - "Receita de Contratos com Clientes", essa norma traz os princípios para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o serviço é prestado pelo fornecedor ao cliente, assim, o princípio de transferência do controle do ativo financeiro para o cliente em 31 de dezembro de 2018 e substitui a IAS 11/CPIC 17 - "Contratos de Construção", IAS 18/CPIC 30 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A Administração avaliou que a adoção dessa norma não traz impacto significativo para as receitas operacionais da sociedade.

Normas e interpretações que entrarão em vigor após 31 de dezembro de 2018
As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2018. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

IFRS 16 - "Arrendamentos" (CPC 06) - elimina o conceito de arrendamentos operacionais e financeiros. De acordo com a nova norma, todos os arrendamentos são tratados como arrendamentos operacionais, exceto aqueles em que o arrendatário tem o controle econômico do ativo arrendado. A SBGR avaliou o impacto da adoção da norma e concluiu que não há impactos relevantes para os itens i e ii.

III. Avaliação do modelo de negócio
O IFRS 9 avalia o objetivo de um modelo de negócio no qual um ativo é mantido em nível de portfólio, por melhor refletir como o negócio é administrado e que informações são fornecidas à Administração. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou administrados, cujo desempenho é avaliado com base no valor justo, são mensurados ao valor justo por meio do resultado, pois (i) não são mantidos para receber fluxos de caixa contratuais (ii) nem mantidos para receber fluxos de caixa contratuais e vender ativos financeiros.

IV. Avaliação para determinar se os fluxos de caixa contratuais se referem exclusivamente a pagamentos de principal e juros
Para os fins desta avaliação, define-se "principal" como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Define-se "juros" como a contraprestação para o valor da moeda no tempo e para o risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um período específico e para outros riscos e custos básicos dos empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), bem como para a margem de lucro.

O avaliar se os fluxos de caixa contratuais se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros, a SBGR considera os termos contratuais do instrumento. Isso inclui avaliar se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia alterar o prazo ou valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que não atenderia esta condição. Ao realizar a avaliação, a SBGR considera:

- eventos contingentes que alteram o valor e prazo dos fluxos de caixa;
- termos que limitem o direito da SBGR aos fluxos de caixa de ativos; e
- recursos que modifiquem a contraprestação do valor da moeda no tempo, por exemplo, reajuste periódico das parcelas de principal e juros.

V. Reclassificações de categorias dos ativos financeiros
Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, exceto no período após a aquisição de um novo modelo de negócios para administrar os ativos financeiros.

VI. Baixa de Ativos Financeiros
A SBGR baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais em uma transação na qual o ativo financeiro não é reconhecido pelo comprador. O ativo financeiro não é transferido ao qual a SBGR não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro e não controla o ativo financeiro.

Na baixa de um ativo financeiro, a diferença entre o valor contábil do ativo (ou valor contábil alocado à parcela do ativo baixado) e a soma (i) da contraprestação recebida (inclusive qualquer novo ativo obtido, deduzido de qualquer novo passivo assumido) e (ii) eventuais ganhos ou perdas acumuladas é registrada no resultado.

A partir da data de abertura do IFRS, acima mencionada, não ocorreram eventuais ganhos/perdas com relação aos instrumentos patrimoniais.

VII. Baixa de Passivos financeiros
A SBGR baixa um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são extintas, canceladas ou quando vencem.

VIII. Taxa de Juros efetiva
O "valor justo" corresponde ao preço que desconta exclusivamente os pagamentos ou recebimentos de fluxos de caixa, estimados durante a vida esperada do ativo financeiro ou passivo financeiro ao valor contábil bruto de um ativo financeiro (ou seja, seu custo amortizado antes de qualquer provisão para redução ao valor recuperável) ou o custo amortizado de um passivo financeiro. O cálculo não considera perdas de crédito esperadas e inclui custos de transação, prêmios ou descontos e taxas pagas ou recebidas que são parte integrante da taxa de juros efetiva, como taxas de origem.

IX. Instrumentos de Patrimônio
Os instrumentos patrimoniais são aqueles que atendem à definição de patrimônio líquido do ponto de vista do emissor, ou seja, instrumentos que não contêm uma obrigação contratual de pagamento e que evidenciam um interesse residual no patrimônio líquido do emissor.

Generalmente, todos os instrumentos patrimoniais são mensurados ao valor justo através de resultados, exceto nos casos em que a Administração da SBGR tenha eleito, no momento do reconhecimento inicial, a designação irrevogável de um investimento de patrimônio líquido por valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes.

X. Passivos Financeiros
A SBGR baixa um passivo financeiro quando seus termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes. Nesse caso, um novo passivo financeiro é reconhecido ao valor justo em seu momento de modificação. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro extinto e o novo passivo financeiro com termos modificados é reconhecida no resultado.

Os passivos financeiros a seguir, são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial:

- "Obrigações a Pagar (passivo financeiro mensurado ao custo amortizado)";

XI. Mensuração ao valor justo
O "valor justo" corresponde ao preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data da mensuração no mercado principal ou, em sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a SBGR tenha acesso naquela data. O valor justo de um passivo reflete seu risco de inadimplimento.

Quando há um dividendo, a SBGR mensura o valor justo de um instrumento com base no preço cotado neste mercado para aquele instrumento. Um mercado é considerado ativo se as operações para o ativo ou passivo ocorrerem com regularidade e volume suficientes para fornecer informações sobre preços de forma contínua.

Caso não haja preço cotado em um mercado ativo, a SBGR utiliza técnicas de avaliação para maximizar o uso das informações observáveis relevantes e minimizar o uso de informações não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que seriam considerados pelos participantes do mercado ativo na precificação de uma operação.

XII. Mensuração das perdas de crédito esperadas
As perdas de crédito esperadas são uma estimativa ponderada por probabilidade das perdas de crédito. São mensuradas da seguinte forma:

- Ativos financeiros não sujeitos à redução ao valor recuperável na data de encerramento: como o valor presente de todas as insuficiências de caixa, ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à entidade de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a SBGR espera receber;
- Ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável na data de encerramento: como a diferença entre o valor contábil bruto e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados;

Se os termos de um ativo financeiro são renegociados ou modificados ou um ativo financeiro existente é substituído por um novo ativo devido a dificuldades financeiras do devedor, é necessário avaliar se o ativo financeiro deve ser baixado e as perdas de crédito esperadas são mensuradas da seguinte forma:

- Caso a reestruturação esperada não resulte em baixa do ativo existente, os fluxos de caixa esperados e advindos do ativo financeiro modificado são incluídos no cálculo das insuficiências de caixa do ativo existente.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS			
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado			
	Nota	01/01 a 31/12/18	01/01 a 31/12/17
Receita Líquida de Prestação de Serviços	11	480.855	439.621
Custos dos Serviços Prestados	12	(74.972)	(60.779)
Lucro Bruto		405.923	378.842
Despesas Administrativas	14	(38.176)	(35.918)
Outras Receitas	15	3.370	2.294
Outras despesas	15	(5.927)	(897)
Resultado antes do Resultado Financeiro		365.185	344.321
Receitas (Despesas) Financeiras	16	8.070	6.729
Resultado antes do Tribuamento		373.255	351.050
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	17	(78.656)	(74.570)
Lucro Líquido		294.599	276.300
Nº de Cotas (Mil)	10.a	2.029.194	2.029.194
Lucro por Lote de Mil Cotas (em R\$)		145,16	136,16

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES			
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado			
		01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Lucro Líquido do Exercício		294.599	276.300
Outras Receitas (Despesas) Reconhecidas		8	22
Ajustes de Avaliação Patrimonial		8	22
Plano de Benefício a Funcionário		8	22
Resultado Abrangente		294.607	276.322

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA			
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado			
	Nota	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Atividades Operacionais		294.599	276.300
Ajustes ao Lucro		3.736	6.912
Depreciação e Amortização	5.c&14	4.740	3.205
Resultado na Alienação de Ativo Tangível	5	2.894	383
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	17.a	(3.688)	3.224
Variáveis em Ativos e Passivos		(157.548)	(46.407)
Redução (Aumento) em Instrumentos de Dívidas		(158.212)	6.888
Redução (Aumento) em Recebíveis de Clientes		(1.105)	(12.665)
Redução (Aumento) em Outros Ativos		(188)	(3.443)
Aumento (Redução) em Obrigações a Pagar		(613)	(180)
Aumento (Redução) em Provisões Trabalhistas e Obrigações Similares		11.311	(1.433)
Aumento (Redução) em Passivos Fiscais Correntes		68.238	51.553
Aumento (Redução) em Provisões para Processos Judiciais		4.461	(8.990)
Aumento (Redução) em Outras Obrigações		(3.548)	(560)
Impostos Pagos	17.a	(77)	(12)
Caixa Líquido Originado em Atividades Operacionais		140.787	236.805
Atividades de Investimento		5.a	(1.629)
Aquisições de Ativo Tangível		-	(46)
Alienação de Ativo Tangível		-	129
Aplicações no Ativo Intangível	5.b	(7)	(1.656)
Caixa Líquido Aplicado em Atividades de Investimento		(1.511)	(1.702)
Atividades de Financiamento		10.b	(139.147)
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio pagos		(139.147)	(235.242)
Caixa Líquido Aplicado em Atividades de Financiamento		(139.147)	(235.242)
Aumento (Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa		3	139
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício		3	142
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício		3	133

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Caso a reestruturação esperada resulte em baixa do ativo existente, o valor justo esperado do novo ativo é tratado como fluxo de caixa final do ativo financeiro existente no momento de sua baixa.

Estorão é incluída na avaliação de ativos e passivos de caixa decorrentes do ativo financeiro existente detalhada a partir da data estimada de baixa até a data de encerramento, utilizando a taxa de juros efetiva original do ativo financeiro existente.

XIV. Tansição
As alterações nas práticas contábeis resultantes da adoção do IFRS 9, foram efetuadas considerando as novas nomenclaturas contábeis. Os ativos e passivos financeiros, foram mensurados ao custo amortizado, não gerando diferenças nos valores contábeis de ativos e passivos financeiros decorrentes da adoção do IFRS 9.

d) Ativo Tangível
A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de comunicação e segurança- 10%, sistemas de processamento de dados e veículos -

Continuação



Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda.

CNPJ nº 10.231.177/0001-52

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Composição:	31/12/2017		Total
	Custo	Depreciação Acumulada	
Móveis e utensílios	3.755	(1.058)	2.697
Máquinas e Equipamentos	2.367	(1.158)	1.209
Beneficiárias em Imóveis de Terceiros	4.485	(1.209)	3.276
Total	10.500	(3.430)	7.070

Saldos no Início do Período	31/12/2018		Total
	Custo	Depreciação Acumulada	
Adições	1.625	(1.037)	588
Depreciação	-	(1.037)	(1.037)
Doações	8	-	8
Exatidão	(4.348)	1.328	(3.020)
Saldos no fim do Período	7.789	(3.138)	4.651

Saldos no Início do Período	01/01 a 31/12/2017		Total
	Custo	Depreciação Acumulada	
Adições	10.500	(3.430)	7.070
Depreciação	-	(3.430)	(3.430)
Exatidão	(2.400)	1.28	(1.254)
Saldos no fim do Período	10.500	(3.430)	7.070

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não foi identificada nenhuma perda do valor recuperável do ativo tangível.

b. Ativo Intangível

Composição:	31/12/2018		Total
	Custo	Amortização Acumulada	
Agio Aquisição de Carteira de Clientes	2.023.393	(2.023.393)	-
Softwares	23.790	(9.945)	13.845
Total	2.047.170	(9.945)	2.037.225

Composição:	31/12/2017		Total
	Custo	Amortização Acumulada	
Agio Aquisição de Carteira de Clientes	2.023.980	(2.023.980)	-
Softwares	23.790	(9.945)	13.845
Total	2.047.770	(9.945)	2.037.825

Saldos no Início do Período	01/01 a 31/12/2018		Total
	Custo	Amortização Acumulada	
Adições	2.047.763	(5.912)	2.041.851
Amortizações	-	(4.363)	(4.363)
Outras Movimentações	-	(33)	(33)
Saldos no fim do Período	2.047.770	(9.945)	2.037.825

Saldos no Início do Período	01/01 a 31/12/2017		Total
	Custo	Amortização Acumulada	
Adições	2.046.467	(3.958)	2.042.499
Amortizações	-	(1.961)	(1.961)
Exatidão	(360)	89	(271)
Outras Movimentações	-	(82)	(82)
Saldos no fim do Período	2.047.763	(5.912)	2.041.851

(1) Em 2018 ocorreu a venda de ativo tangível no valor de R\$125.
 (2) Em 2013 a SBRG, concluiu a operação de compra do negócio de gestão de recursos de terceiros. O valor dos ativos totais adquiridos foi de R\$5 milhões, o valor da aquisição total do negócio de gestão de ativos correspondeu a R\$2.029 milhões, sendo que o ativo intangível foi estimado em R\$2.024 milhões.

c) Metodologia de estimativa de "impairment"

A base utilizada para o teste de recuperabilidade do ativo permanente é o valor em uso e, para este efeito, é estimado o fluxo de caixa para um período de 5 anos. O fluxo de caixa é preparado considerando vários fatores, como: (i) projeções macro-econômicas de taxa de juros, inflação, taxa de câmbio e outras; (ii) comportamento e estimativas de crescimento (iii) aumento dos custos, retornos, sinergias e plano de investimentos; (iv) comportamento dos clientes; e (v) taxa de crescimento e ajustes aplicados aos fluxos em perpetuidade, conforme demonstrado no quadro abaixo. A adoção dessas estimativas envolve a probabilidade de ocorrência de eventos futuros e a alteração de algum desses fatores poderia ter um resultado diferente. A estimativa do fluxo de caixa é baseada em avaliação preparada pela Administração, considerando como uma unidade geradora de caixa, anualmente ou sempre que houver indícios de redução ao seu valor de recuperação.

Principais Premissas:	31/12/2017	31/12/2018
Bases para Determinação do Valor Recuperável	-	-
Período das Projeções dos Fluxos de Caixa	5 Anos	5 Anos
Taxa de Crescimento Perpetuo	4%	4%
Custo Médio Ponderado de Capital (WACC)	16,1%	12,9%

(1) As projeções de fluxo de caixa são baseadas no orçamento interno e planos de crescimento da Administração, considerando dados históricos, expectativas e condições de mercado tais como o crescimento dos negócios, taxa de juros e índices de inflação.

(2) A taxa de desconto aplicada no cálculo do valor presente dos fluxos de caixas, foi calculada de acordo com o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC), que considera o custo do capital próprio e o custo da dívida após impostos. A taxa de desconto antes dos impostos em 31/12/2018 foi de 17,2% (em 31/12/2017 8,2%).

Baseado nas premissas descritas acima, não foi identificada perda do valor recuperável do ativo permanente em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

6. Provisões Trabalhistas e Obrigações Similares

a) Saldos Patrimoniais das Provisões Trabalhistas e Obrigações Similares	31/12/2018	31/12/2017
Fórmulas e 13º Salário a Pagar	2.454	2.291
Bônus e Participação nos Lucros ou Resultados (PLR)	34.339	23.181
Outros	1	55
Total	37.394	26.083

b) Movimentação das Provisões Trabalhistas e Obrigações Similares

Saldos Iniciais	01/01 a 31/12/2018		Total
	31/12/2018	31/12/2017	
Constituição	26.083	43.852	69.935
Realização	(23.213)	(40.168)	(63.381)
Reversão	(1.577)	-	(1.577)
Saldos Finais	37.394	26.083	63.477

7. Instrumentos Financeiros

Avaliação
 Os instrumentos financeiros constantes nos balanços patrimoniais, tais como caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, fornecedores e contas a pagar a coligadas, são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, deduzidos por qualquer perda ou redução do valor recuperável.

O resultado da recuperação de instrumentos financeiros é reconhecido nas datas de fechamento ou contratação das operações, onde a Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda. se compromete a comprar ou vender estes instrumentos. As obrigações decorrentes da contratação de instrumentos financeiros são eliminadas das demonstrações contábeis apenas quando estes instrumentos expiram ou quando os riscos, obrigações e direitos deles decorrem são transferidos.

Instrumentos Financeiros por Categoria

Instrumentos Financeiros	31/12/2018	31/12/2017
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	247.734	88.417
Instrumentos de Dívidas (Nota 4)	193.943	32.331
Recebíveis de Clientes	53.791	56.086

(1) O saldo da rubrica "Recebíveis de Clientes" é composto por valores a receber de fundos de investimentos decorrente de gestão e previdência.

Passivos Financeiros - Outros Passivos Financeiros

Passivos Financeiros	31/12/2018	31/12/2017
Obrigações a Pagar	365	978
Fornecedores	365	978

Valor justo dos ativos e passivos financeiros

Segundo o IFRS 13, a mensuração do valor justo utilizando uma hierarquia de valor justo que reflete o modelo utilizado no processo de mensuração, deve estar de acordo com os seguintes níveis hierárquicos: Nível 1: Determinados com base em cotações públicas de preços (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos, incluem títulos da dívida pública, ações, derivativos listados.
 Nível 2: São os derivados de dados diferentes dos preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).
 Nível 3: São derivados de técnicas de avaliação que incluem dados para os ativos ou passivos que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (dados não observáveis).

Gerenciamento de Riscos

A gestão de riscos da Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda. é realizada de forma similar ao processo de gestão do Conglomerado Santander, de acordo com a regulamentação vigente, e visa proteger o capital da empresa e de seus clientes e garantir a rentabilidade dos negócios. Na condução de suas operações, a Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda. está exposta, principalmente, aos seguintes riscos:

- Risco de mercado é a exposição em fatores de riscos tais como taxas de juros, taxas de câmbio, cotação de mercadorias, preços no mercado de ações e outros valores, em função do tipo de produto, do montante das operações, do prazo, das condições do contrato e da volatilidade subjacente. A administração dos riscos de mercado permite o acompanhamento dos riscos que podem afetar as aplicações do caixa da empresa, normalmente integralmente mitigado.
- Risco operacional é o risco de perda resultante de inadequação ou falha em processos internos, pessoais, sistemas ou de exposição a eventos externos. A gestão e controle do risco operacional buscam o fortalecimento do ambiente de controles internos, prevenção, mitigação e redução dos eventos e perdas por risco operacional e a manutenção da continuidade do negócio.
- Risco de compliance é definido como risco legal, de sanções regulatórias, de perda financeira ou de reputação que uma instituição pode sofrer como resultado de falhas no cumprimento de leis, regulamentos, códigos de ética e conduta e das boas práticas. O gerenciamento de risco de compliance tem caráter preventivo de suporte à diretoria da instituição e inclui diretrizes, políticas, implementação de processos, monitoria, treinamento e comunicação adequada das regras e legislação aplicáveis a cada área de negócios.

Composição:	31/12/2018		31/12/2017	
	Custo	Depreciação Acumulada	Total	Total
Impostos a Recolher de Terceiros	2.318	(5.133)	(2.815)	-
Impostos sobre Serviços a Pagar Próprios	8.270	4.183	12.453	-
Impostos sobre o Lucro a Pagar	25.304	22.200	47.504	-
Outros	6.359	-	6.359	-
Total	42.252	11.336	53.588	-

Saldos no Início do Período	01/01 a 31/12/2018		Total
	Custo	Depreciação Acumulada	
Adições	10.500	(3.430)	7.070
Depreciação	-	(3.430)	(3.430)
Exatidão	(2.400)	1.28	(1.254)
Saldos no fim do Período	10.500	(3.430)	7.070

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não foi identificada nenhuma perda do valor recuperável do ativo tangível.

b) Movimento das Processos Judiciais e Outras Provisões

Saldos Iniciais	01/01 a 31/12/2018		Total
	31/12/2018	31/12/2017	
Constituição	40.456	50.099	90.555
Realização	(10.424)	(7.144)	(17.568)
Reversão	(25.600)	(53.967)	(79.567)
Atualização Monetária	89	24	113
Saldos Finais	11.573	7.112	18.685

(1) Saldos Judiciais Classificados como Risco de Perda Possível

As ações de natureza trabalhista com classificação de perda possível totalizaram R\$6.520

Não houve ações de natureza civil e fiscal com classificação de perda possível.

10. Patrimônio Líquido

a) Capital Social
 O Capital Social em 31 de dezembro de 2018 e 2017, totalmente subscrito e integralizado, é composto por 2.029.194 mil cotas, no valor nominal de R\$1,00 (um Real) cada uma, todas de domiciliados no exterior.

b) Dividendos e Juros sobre Capital Próprio
 Os dividendos são apurados e pagos com base em: (i) balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes no último balanço patrimonial ou (ii) balanços patrimoniais emitidos em períodos inferiores a seis meses, e desde que o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o valor das reservas de capital. Esses dividendos são imputados integralmente ao dividendo obrigatório.

c) Saldo composto substancialmente pela Exclusão de Provisão de Bônus

	Em milhares de reais	Reais por milhares de cotas	31/12/2018	31/12/2017
Dividendos Intercalares	1.000	0,4928	1.000	1.000
Dividendos Intercalares	10.000	4,9281	10.000	10.000
Dividendos Intercalares	3.000	1,4784	3.000	3.000
Dividendos Intermediários	6.979	3,4393	6.979	6.979
Juros sobre Capital Próprio	38.000	18,7266	38.000	38.000
Juros sobre Capital Próprio	35.000	17,2482	35.000	35.000
Juros sobre Capital Próprio	38.000	18,7266	38.000	38.000
Juros sobre Capital Próprio	28.021	13,8089	28.021	28.021
Total	160.000	78,6712	160.000	160.000

(1) Deliberados pelos sócios em 7 de dezembro de 2018. O pagamento foi realizado em 10 de dezembro de 2018.

(2) Deliberados pelos sócios em 27 de setembro de 2018. O pagamento foi realizado em 28 de setembro de 2018.

(3) Deliberados pelos sócios em 28 de março de 2018. O pagamento foi realizado em 29 de junho de 2018.

(4) Deliberados pelos sócios em 28 de março de 2018. O pagamento foi realizado em 29 de março de 2018.

(5) Deliberados pelos sócios em 14 de dezembro de 2017. O pagamento foi realizado em 15 de dezembro de 2017.

(6) Deliberados pelos sócios em 13 de outubro de 2017. O pagamento foi realizado em 16 de outubro 2017.

(7) Deliberados pelos sócios em 22 de junho de 2017. O pagamento foi realizado em 23 de junho de 2017.

(8) Deliberados pelos sócios em 3 de abril de 2017. O pagamento foi realizado em 05 de abril de 2017.

c) Resultados Não Distribuídos

Os resultados apurados no balanço anual terão a destinação que lhes resolverem dar os sócios, mediante deliberação dos sócios, sendo admitida a distribuição de lucros não proporcional à participação dos sócios no capital social, observando-se, em qualquer hipótese, o quórum de deliberação. Na distribuição de lucros não necessariamente se observará a proporção da distribuição do capital social entre os sócios.

11. Receita Líquida de Prestação de Serviços

Segue abaixo a conciliação entre receita bruta e a receita apresentada na demonstração de resultado do exercício:

	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Receita Bruta	547.443	495.348
Menos:		
PIIS (Nota 13)	(9.051)	(8.173)
COFINS (Nota 13)	(41.691)	(37.647)
ISS (Nota 13)	(15.806)	(9.907)
Receita Líquida	480.895	439.621

12. Custo dos Serviços Prestados

	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Despesas com Pessoal (Nota 13)	73.666	59.622
Outros (Nota 13)	1.296	1.155
Total	74.972	60.779

13. Informações sobre a Natureza das Receitas e Despesas Reconhecidas na Demonstração do Resultado

A Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda. apresentou a demonstração de resultado utilizando uma classificação das receitas e despesas baseadas na sua função. As informações sobre a natureza dessas receitas e despesas reconhecidas na demonstração do resultado é apresentado a seguir:

	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Receitas com Prestação de Serviços (Nota 11)	547.443	495.348
Custos Serviços Prestados (Nota 12)	(1.296)	(1.155)
PIIS (Nota 13)	(9.051)	(8.173)
COFINS (Nota 11)	(41.691)	(37.647)
ISS (Nota 11)	(15.806)	(9.907)
Despesa com Pessoa	(73.666)	(59.624)
Convênio Operacional (Nota 14&15)	(2.244)	(3.843)
Rateio de Custos Globais (Nota 14&15)	(9.090)	(10.658)
Compartilhamento de Infraestrutura Banco Santander Brasil (Nota 14&19)	(2.444)	-
Gestão Fundo Global Equities (Nota 13&19)	(515)	-
Despesas com Depreciação e Amortização (Nota 14)	(4.740)	(3.205)
Despesas com Prestadores de Serviços (Nota 14)	(14.269)	(11.627)
Despesas com Aluguel (Nota 14)	(1.281)	(3.744)
Outras (Nota 14)	(2.913)	(2.893)
Outras Receitas e Despesas (Nota 15)	(2.962)	1.397
Receitas Financeiras com Aplicações em Compromissadas e Certificados de Depósitos a Prazo (Nota 16)	8.329	6.723
Outras Receitas e Despesas Financeiras (Nota 16)	(259)	6
Despesas com IRPJ e Contribuição Social (Nota 17)	(70.666)	(63.381)
Total de Receitas e Despesas	294.599	276.300

14. Despesas Administrativas

	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Despesas com Prestadores de Serviços (Nota 13)	14.269	11.627
Despesas com Aluguel (Nota 13)	1.281	3.744
Depreciação (Nota 5 c&13)	1.037	1.037
Amortização (Nota 5 c&13)	3.703	1.551
Convênio Operacional (Nota 18 e&13)	2.924	3.843
Rateio de Custos Globais (Nota 18 e&13)	9.090	10.660
Compartilhamento de Infraestrutura Banco Santander Brasil (Nota 13&19)	2.444	-
Gestão Fundo Global Equities (Nota 13&19)	515	-
Outras (Nota 13)	2.913	2.893
Total	38.176	35.918